

O PAPEL DAS MÍDIAS NA FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE DE UMA PROFESSORA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Regiane Cristina Tonatto (UNIOESTE)
regitonatto@gmail.com

Denise Rosana da Silva Moraes (UNIOESTE)
denisepedagoga@gmail.com

Resumo: A inclusão social e inclusive a digital, têm se apresentado como um dos maiores desafios impostos à educação contemporânea. Esse novo cenário educacional exige do professor uma nova demanda: saber como utilizar pedagogicamente as mídias. Pesquisadores defendem a inclusão como pressuposto legítimo da garantia de acesso ao conhecimento por parte de todos, independentemente de suas condições. Este artigo está firmado na experiência profissional de uma professora com deficiência visual (cegueira), cuja trajetória de vida foi permeada pela inclusão. Sendo que o objetivo principal foi o de analisar o papel das mídias na formação e na prática docente por meio de um estudo de caso. Para atender os objetivos propostos esta investigação procura abordar as noções teóricas e metodológicas dos “estudos culturais” dialogando com autores que discutem acessibilidade, inclusão e mídias na educação. A problemática deste estudo gira em torno de como as pessoas com deficiência podem se tornar professores e professoras através do acesso às mídias acessíveis e a importância delas na profissão docente. Afinal, através das inovações das mídias que muitas pessoas com deficiência visual dispõem hoje de recursos tecnológicos que garantem o acesso praticamente igualitário à informação e ao conhecimento. Estudar as mídias na educação, na formação dos professores, nos processos de ensino e aprendizagem, pode gerar inúmeras oportunidades de pesquisa no campo interdisciplinar.

Palavras-chave: Mídias, formação de professores, acessibilidade.

INTRODUÇÃO

A inclusão social e inclusive a digital têm sido apresentada como um dos maiores desafios impostos à educação. Considerando o poder de penetração cultural das mídias na sociedade, é cada vez mais importante debater o papel destas na educação e na formação da cidadania, bem como a materialidade dos direitos humanos. Uma das preocupações dos estudiosos em mídia-educação são as formas de democratização de acesso as diferentes mídias. Para Martín Barbero (1999), o pior é que, enquanto os filhos dos ricos entram em contato com as mídias, não apenas a televisão, a partir do seu próprio lar, os filhos dos pobres, cujas escolas não são espaços decisivos para o acesso às novas formas de conhecimento, estão ficando excluídos do novo espaço de trabalho profissional que a cultura tecnológica configura. E esta realidade não seria diferente com relação aos alunos com deficiência e suas oportunidades de acesso às mídias e tecnologias assistivas em casa, na escola e em outros ambientes.

Para entender o papel das mídias na formação e na prática docente é necessário nos voltarmos para o estudo das mídias como lugar por excelência da produção de sentidos na sociedade (FISCHER, 2002). A utilização das mídias pode ser enriquecedora no processo de ensino e aprendizagem quando utilizada de forma contextualizada, consideramos, antes de mais nada, a relação pedagógica entre os meios de comunicação e as inúmeras percepções por parte dos professores e dos alunos. Nesta relação, deverá existir a compreensão do professor no uso crítico desses meios em suas práticas pedagógicas.

Esse novo cenário educacional exige do professor uma nova demanda: compreender a mídia como possibilidade pedagógica e não instrumental, bem como saber como utilizá-las na organização do seu trabalho pedagógico (MORAES, 2013). Entretanto, é importante questionar: quando o professor em questão é um professor com deficiência visual? Segundo Mantoan (2003), a inclusão pressupõe a garantia de acesso ao conhecimento por parte de todos, independentemente de suas condições.

Este artigo está firmado na experiência profissional de uma professora com deficiência visual (cegueira), cuja trajetória de vida foi permeada pela inclusão educacional. Fugindo da lógica assistencialista, esta professora venceu muitas barreiras comunicacionais tanto na formação acadêmica como na prática docente na busca diuturna, nem sempre fácil, de formar-se professora. Para Caiado (2006, p. 40):

[...] a luta contra as limitações da cegueira e suas consequências, compreendida numa abordagem social e histórica, revela a necessidade de se empreenderem ações em três dimensões: a prevenção da cegueira, enquanto produção social, dadas as péssimas condições de vida das camadas populares; as ações educacionais que coloquem fim ao isolamento da pessoa cega e ao limite entre a escola especial e a escola regular; ao acesso ao trabalho criador em contraposição ao trabalho explorado, humilhante, assistencial.

Se para Kuenzer (1988) a escola deve ser capaz de relacionar cultura e produção, ela também deve se preocupar com formação de homens desenvolvidos multilateralmente para ensinar e aprender. Afinal, toda a cultura é produto social e serve de mediadora da comunicação, ou seja, não existe comunicação sem cultura e não há cultura sem comunicação (KELLNER, 2001).

A inclusão educacional dos alunos com deficiência na Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva pressupõe a construção de paradigmas inovadores e modos diferentes de se pensar sobre a questão da acessibilidade, onde as mídias podem possibilitar estratégias de superação de obstáculos como podem excluir ainda mais o sujeito.

A deficiência visual é uma deficiência sensorial (cegueira e baixa visão), que deve ser compreendida como uma limitação permanente que requer procedimentos específicos que atendam suas necessidades educacionais especiais. Pessoas com essa deficiência estão sujeitas a apresentar dificuldades marcantes quanto ao desenvolvimento dos seus processos de aprendizagem ou mesmo em seu desenvolvimento integral caso as intervenções pedagógicas adequadas não estejam disponíveis.

Através do relato da experiência do cotidiano da professora entrevistada é possível compreender melhor a influência das mídias no processo de formação da pessoa com deficiência visual (cegueira). Portanto, o objetivo principal deste estudo foi o de analisar o papel das mídias na formação e na prática docente de uma professora com deficiência visual (cegueira), destacando as diferentes mídias utilizadas pela professora durante sua formação acadêmica e, posteriormente no processo de ensino e aprendizagem de seus alunos.

Este artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente apresenta breve cenário acerca da inserção tecnológica nas práticas educativas, na formação e prática docente; a seguir trata da mídia e educação inclusiva dialogando com autores que se debruçam sob estes temas. Na metodologia, apresenta a ação de diálogo com uma professora com deficiência visual (cegueira) e, finalmente, problematiza a educação inclusiva com a inserção das mídias num esforço epistemológico interdisciplinar. Considera fundamental pautar este debate, pois somente por meio de visibilidade midiática também que pode ser efetivada novas formas de acesso a todos/as sem distinção.

Impacto das novas tecnologias no cotidiano docente

As gerações atuais convivem com as mídias o tempo todo e o uso do computador tornou-se tão importante e vital na comunicação como na economia e no mercado de trabalho, conseqüentemente, quem possui conhecimento tecnológico

se sobrepõe aos demais. O mesmo acontece com as pessoas com deficiência, aquelas que possuem acesso aos recursos tecnológicos podem ter mais oportunidade de superar os obstáculos. Por exemplo, a pessoa com deficiência, através de tecnologias assistivas, pode adquirir maior independência (SANTOS; SOUSA, 2011).

As mudanças e desafios no plano educacional provocadas pelas mídias são inúmeras, por exemplo, antes o professor era o único detentor do conhecimento, na medida em que ele representava o saber. As crianças e os jovens iam para a escola simplesmente para ouvir e aprender, configurando o que Freire (2002) preconiza como educação bancária. Hoje, porém, é possível observar uma subversão das hierarquias tradicionais de ensino, onde o aluno questiona o professor e questiona também o saber enciclopédico. O desafio em sala de aula mudou, pois o aluno tem, muitas vezes, o mesmo acesso aos meios de informação que o professor. Com isso, é inevitável que o professor utilize as mídias (GÓMEZ, 2006).

Ainda sobre o impacto das novas tecnologias no cotidiano docente, Fischer (2007, p. 5) acrescenta que as mídias

[...]do rádio à Internet e à televisão têm um caráter de onipresença, tornam-se cada vez mais essenciais em nossas experiências contemporâneas, e assumem características de produção, veiculação, consumo e usos específicos, em cada lugar do mundo. Interessam-nos então, os materiais e os sujeitos produtores e usuários dessas mídias, aqui no Brasil; mais ainda, interessam-nos os modos de aprender os fatos da cultura, pelos mais jovens, modos que assumem particularidades quando vistos a partir do olhar de educadores, no cotidiano das vivências escolares.

Considerar o cotidiano das vivências escolares pelo olhar de um educador não significa privilegiar o pragmático em oposição à teoria, mas ver essa prática inspirada em considerações teóricas reflexivas e transformadora da teoria. Desta forma, a teoria não pode ser um mero depósito de “*insights*” de livros de prestigiados teóricos e sim deve ser elaborada para tomar forma de produção cultural (GIROUX, 1995). Há que se pensar sobre uma epistemologia da prática, que iluminada pela teoria é transformadora (GADOTTI; ROMÃO, 2014).

Silva (2001, p. 37), corrobora Giroux ao expressar que “precisamos estar atentos para a urgência do tempo e reconhecer que a expansão das vias do saber não obedece mais a lógica vetorial. É necessário e urgente pensar a educação como

um caleidoscópio, e perceber as múltiplas possibilidades”. E é assim que Educação Inclusiva também deve ser vista, como uma espécie de caleidoscópio, sob múltiplos e acuidados olhares.

Mídias e a educação inclusiva

Em relação a Educação Especial, o fim da década de 1980 marca a promulgação da Constituição Brasileira e nela se ampliam os registros legais e políticos referentes à educação de alunos com deficiência. Através desta constituição se reconhece o direito público subjetivo à educação de todos, inclusive daqueles com algum tipo de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988). Tempos depois são estabelecidas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394/96, que definem que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, entre outros aspectos: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades (BRASIL, 1996).

No atual século, as mudanças acontecem numa perspectiva diferente, buscando com mais intensidade a educação inclusiva. Em 2008, o Ministério da Educação apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que conceitua a educação especial e define como público os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Neste mesmo período são aprovados: o Decreto Nº. 6.571/2008, que dispõe sobre atendimento educacional especializado complementar ao ensino regular para os alunos público alvo da educação especial; o Decreto Nº. 6.949/2009 que ratifica a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência com status de Emenda Constitucional, que adota o paradigma da educação inclusiva; e, a Resolução Nº. 4/2009 do Conselho Nacional de Educação que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Os marcos históricos e legislativos para a educação inclusiva já existem, porém, a inclusão propriamente dita, seja em qualquer nível de escolaridade, só existe quando a escola busca atender a todos os alunos, quando ela introduz a cultura do respeito e da mudança perante o diferente e principalmente, quando ela serve de modelo para a ampla sociedade na hora de lidar com a pessoa com

deficiência (BUSWELL; SCHAFFNER, 1999).

E é através das inovações das mídias que muitas pessoas com deficiência visual dispõem hoje de recursos tecnológicos que garantem o acesso praticamente igualitário à informação e ao conhecimento, e com os quais elas não podiam contar a alguns anos. Dentre as mídias acessíveis destacam-se os softwares leitores de tela, que permitem a utilização de ferramentas computacionais, incluindo a leitura e produção de textos e o acesso à Internet e os softwares com reconhecimento óptico de caracteres que possibilitam o escaneamento de publicações e a conversão das mesmas em textos editáveis. São estes recursos que estreitam as relações das pessoas cegas com a leitura, que permitem a leitura de livros, jornais e demais periódicos. A mídia passa a contemplar o universo relativo a essa população, que se torna receptora das informações transmitidas e, ao mesmo tempo, produtora de conhecimento e cultura. Diante disso, a mídia se torna um espaço privilegiado para falar sobre acessibilidade e inclusão.

O fato primordial é que a educação como um todo, em todos os níveis e modalidades, tem experimentado mudanças na sua forma de organização e produção, possibilitando novas formas de ensino e aprendizagem, graças, sobretudo, a inserção de novas tecnologias nas escolas. No Estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Educação – SEED/PR desenvolveu projetos que visavam à integração de mídias com a finalidade de proporcionar a inclusão e o acesso de alunos e professores da rede de ensino pública estadual as tecnologias. Essa política teve como propósito articular educação e tecnologia através do uso de tecnologia digital integrada de maneira orgânica a um conjunto de equipamentos disponibilizados para as escolas, a produção de conteúdos utilizando diferentes mídias e a disseminação de seu uso pelos professores (FÓGLIA, 2004).

Nesta política estadual de inclusão digital destacou-se o Programa Paraná Digital, responsável pela implantação de laboratórios de informática conectados por meio de fibra ótica, em toda a Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná; a criação da TV Paulo Freire, cujo objetivo é o de produzir programas educativos transmitidos via satélite, web e multimídia, a partir de conteúdos pedagógicos; o lançamento do Portal “Dia-a-dia Educação” e a disponibilização das TVs Multimídia e dos Pen Drives, que constituem-se em ferramentas facilitadoras do acesso aos objetos de aprendizagem midiáticos nas salas de aulas (FÓGLIA, 2004).

Para a autora, além da instrumentalização técnica, a difusão pedagógica

efetiva das tecnologias deve ser conduzida com estudos que fundamentem social, política e culturalmente o uso dessas tecnologias. Para isso, faz-se necessário que os professores, em sua formação, baseiem-se em um referencial teórico que suporte a reflexão crítica sobre esta ação mediada pelas mídias. Ele deve se apropriar de maneira consciente sobre as mesmas. Segundo Freire (2002), na prática docente, são ações reais e concretas dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem que fortalecem a integração de mídias novas e “antigas”. É importante salientar que as mídias na escola, bem como na educação precisam ser compreendidas como auxiliadoras do trabalho pedagógico, principalmente no que tange a educação inclusiva, o que para (MORAES, 2013), significa formar o professor para ser autor de seu conhecimento, que compreende a inserção das mídias como um desafio epistemológico a ser encampado no ato cotidiano de sua ação docente.

Todos, mas principalmente os professores, precisam encarar as mudanças que as tecnologias colocam para a educação e a vida cotidiana, a fim de poderem explorar as potencialidades dos novos recursos disponíveis e, ao mesmo tempo, ensinar seus alunos a fazerem isso, independente dos locais de acesso a estes meios. Porque afinal, os recursos midiáticos possibilitam as novas formas de ver, de ler, de escrever e de entrar em contato com outro, mas também podem sufocar com o excesso de informações e fragilizar as relações dialéticas para a compreensão da realidade social (TERUYA, 2009).

A tecnologia evolui e invade os sistemas educacionais, e assim, ampliam-se os problemas de acessibilidade, com a criação de possíveis barreiras de acesso. Afinal, quando tratamos de acessibilidade nos processos de ensino e aprendizagem, a perspectiva muda, pois, de acordo com Burgstahler *apud* Macedo (2010), as adaptações de acesso nos objetos de aprendizagem podem alterar a natureza de um conteúdo e desviar a atenção do objetivo principal da aprendizagem. Na educação inclusiva, os indivíduos devem ter acesso ao mesmo conteúdo didático e pedagógico com a mesma percepção, sem perda de informação ou deturpação de conteúdo. Portanto, a acessibilidade deve ser considerada desde o início do projeto de um objeto de aprendizagem, e não uma adaptação posterior a sua criação.

Vale lembrar que movimentos sociais inclusivos conduzem às determinações legais, que cada vez mais asseguram os direitos da pessoa com deficiência e sua participação nos diversos setores da sociedade. Isto também incentiva pesquisadores no desenvolvimento de mídias acessíveis, pensadas para incluir o

maior número de usuários possíveis, entre eles professores e professoras com necessidades educacionais e comunicacionais inclusivas.

Metodologia

O método utilizado para esta investigação se desenvolveu de acordo com uma abordagem qualitativa. Procuramos identificar a trajetória profissional de uma professora com deficiência visual (cegueira), nos seguintes aspectos: mídias utilizadas durante a formação inicial, mídias utilizadas nos processos de formação após o curso superior de Pedagogia e as mídias utilizadas na sua atuação como professora estadual. Portanto, a metodologia caracteriza-se como uma pesquisa exploratória através de estudo de caso.

A pesquisa exploratória tem por finalidade aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para realização de pesquisas futuras mais precisas ou modificar ou clarificar conceitos. O estudo de caso é caracterizado pelo estudo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita a investigação de seu amplo e detalhado conhecimento (MARCONI; LAKATOS, 2001).

Para a entrevista foi utilizado um questionário semiestruturado e aberto. Os dados foram analisados de maneira qualitativa através das respostas da entrevistada e a opinião dos estudiosos dos temas, à luz do referencial teórico sobre acessibilidade e inclusão, mas também dos estudos culturais. Através desta análise foi possível problematizar e discutir a respeito do papel da mídia na formação de professores com deficiência. Porém, para conhecer o papel das mídias no cotidiano do trabalho da professora entrevistada foi preciso considerar as mídias como processo de mediação. Como interpreta Silverstone (*apud* RIVOLTELLA, 2009, p. 126):

Segundo o meu ponto de vista é necessário estudar as mídias porque elas são da máxima importância para a experiência, dando-lhe forma. Sustentei que este estudo deve envolver uma concepção das mídias não como uma série de instituições, produtos ou tecnologias (pelo menos não só deste modo), mas também como um processo de mediação. As mídias são produzidas: e neste produzir nós somos os agentes e destinatários.

Afinal, quando a pessoa incorpora instrumentos culturais, seja através do meio que for ela se torna capaz de mudar a sua realidade econômica, social, política e cultural. Como educadores que somos, precisamos contribuir para formar e não só para preparar o cidadão para o contexto atual que vivemos, num sentido meramente utilitarista, ao contrário contribuir para uma formação de possibilidades de continuidade aos seus estudos e conquista de sua autonomia.

Apresentação e discussão dos resultados

A entrevista com a professora pedagoga, de pseudônimo Sônia¹, foi realizada no mês de novembro do ano de 2014 em Foz do Iguaçu – Paraná. Na entrevista ela relata sua trajetória profissional desde a formação acadêmica aos dias atuais, como foi ingressar e concluir a licenciatura em Pedagogia, ingressar e atuar no serviço público estadual e federal. Atualmente, Sônia é Técnica em Assuntos Educacionais e atua no Núcleo de Apoio à Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA e é aluna regular de um programa de mestrado.

Na entrevista realizada com a professora Sônia foi possível perceber em vários momentos a importância das mídias no seu contexto educacional, onde, sem os meios e as tecnologias assistivas seria improvável progredir nos estudos, concluir o ensino superior e ingressar no mestrado. Ao dialogarmos sobre o papel das mídias para as pessoas com deficiência visual, Sônia afirma que considera - “de extrema relevância, pois, trouxe à essa parcela de estudantes a possibilidade de acessar as informações de forma mais ampla, rápida e efetiva”.

Acessibilidade à informação e comunicação implica na habilidade de encontrar, manipular e utilizar a informação de modo compreensível e eficiente. Para Carrion *apud* Macedo (2010), acessibilidade em comunicação é facilidade de interação e tem o objetivo de tornar os computadores e a internet mais acessíveis para deficientes físicos e visuais.

¹Nome fictício atribuído a fim de garantir o sigilo sobre a identidade da professora participante.

O uso das mídias e sua importância no cotidiano de uma pessoa com deficiência depende de seu acesso e domínio. Muitas vezes a tecnologia adaptada existe no mercado, mas não é acessível economicamente para aqueles que necessitam e se beneficiariam com tal criação. Portanto, a pessoa com deficiência nem sempre terá acesso as mídias mais acessíveis para a sua deficiência, ela poderá estar incluída ou excluída do processo inclusivo apenas por não ter acesso ao recurso construído ou adaptado para ela. Em relação a exclusão e inclusão digital, Burgstahler apud Macedo (2010) caracteriza a primeira divisão digital os fatores de pobreza, raça, etnias e culturas que afastam os indivíduos dos recursos tecnológicos, e na segunda divisão digital, as pessoas que possuem acesso à tecnologia, no entanto por desabilidades pessoais são impedidos de acessá-las.

Sob o ponto de vista da entrevistada, foram os procedimentos e principalmente as tecnologias assistivas que a permitiram superar as barreiras sociais e econômicas tornando-se professora. Nas palavras da entrevistada, a influência das mídias é imprescindível para:

“as leituras que faço, as atividades que desenvolvo no trabalho e outras informações que necessito acessar no dia-a-dia, faço sempre por meio dos recursos midiáticos (sistema dosvox, livros em áudio ou em mecdaisy, leitores de tela, filmes audiodescritos entre outros). Dessa forma, considero que sem eles o meu processo de escolarização e o meu trabalho seriam prejudicados”.

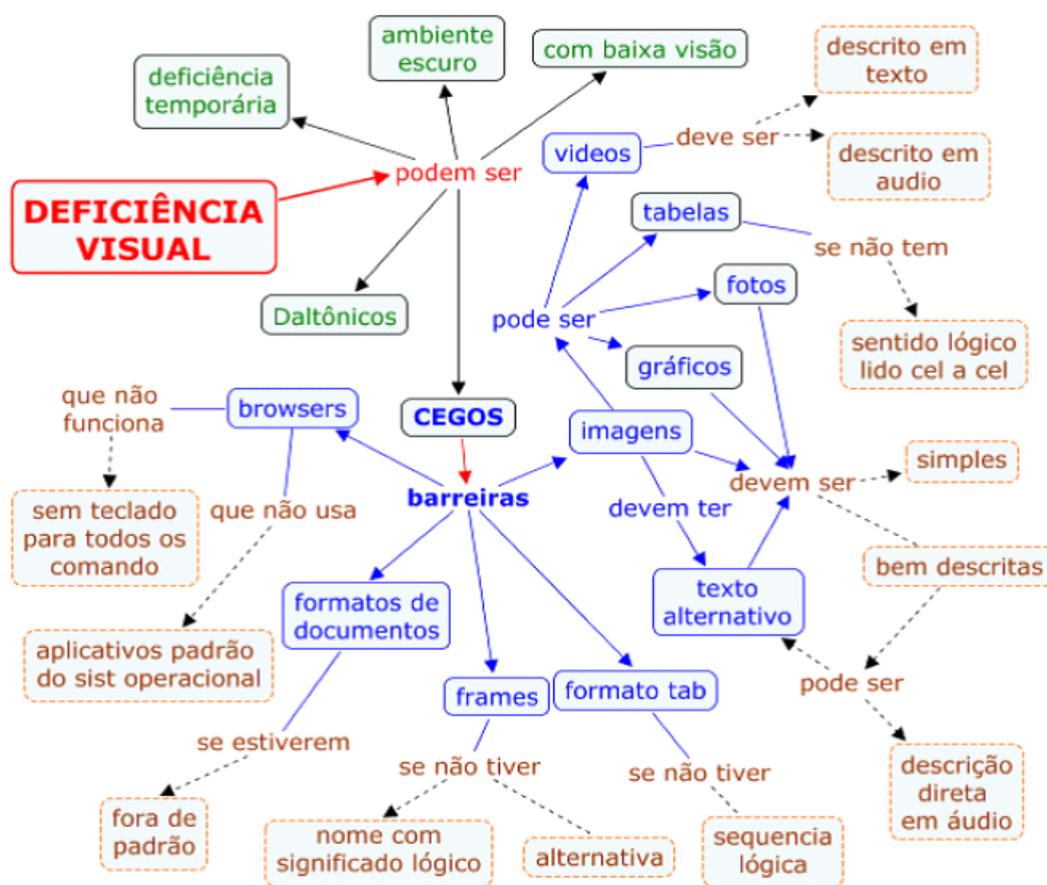
Dosvox, por exemplo é um leitor de tela brasileiro e é disponível gratuitamente pela internet. Existem outros, como: Virtual Vision (Brasil) Bridge (Canadá) JAWS (EUA), HAL (USA), Window-eyes (USA). Todos estes são leitores de tela que fazem leitura linear do conteúdo das páginas e permitem amplas configurações da verbalização.

Na web, a principal dificuldade encontrada pela pessoa com deficiência visual são as imagens, mapas, links e animações, com o uso de cores, tamanho de fontes, navegação, tabelas de dados e preenchimento de formulários; necessitam de texto equivalente descritor da imagem apresentada na tela, e na maioria das vezes utilizam o teclado ao invés do mouse. Não podemos esquecer que o acesso dos usuários cegos à internet é centralizado na visualização de textos digitalizados e na

entrada de dados em preenchimento de formulários que é realizada via teclado. O material impresso é acessado em Braille. Estes usuários não vão ler as legendas, e às vezes usam displays em Braille acoplados. Utilizam leitores de tela e sintetizadores de voz (MACEDO, 2010).

A Figura 1 apresenta as principais características dos usuários cegos e as tecnologias utilizadas por eles:

Figura 1: Mapa Conceitual Características de usuários cegos.



Fonte: Elaborado por Claudia M. S. de Macedo (2010).

A diversidade entre alunos é uma realidade no cotidiano do professor e um desafio à ação pedagógica, pois direciona respostas e estratégias distintas. Neste sentido, a entrevistada também revela que as mídias influenciam positivamente na sua prática docente:

[...] como professora, compreendo os recursos midiáticos enquanto instrumentos externos de grande importância no processo de escolarização de alunos com deficiência visual. É

mediante a linguagem que se torna possível e viável o ensino de qualidade a essas pessoas e os recursos midiáticos contribuem significativamente com esse processo.

Não há como negar que as mídias têm um potencial altamente educacional quando utilizada para esse fim, assim ao dialogar com a professora Sônia fica clara a importância da formação, para além de treinamento (MORAES,2013), esta que se faz interdisciplinar, que assiste a educação tradicional com vistas a sua mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação que se pretende hoje é diferente daquela que a professora entrevistada recebeu, mesmo assim foi possível perceber que as mídias já estiveram e estão presentes no seu cotidiano. Cada vez mais, as mídias deverão ser usadas pelos professores e alunos com ou sem deficiência. Esperamos que elas sejam pensadas de maneira inclusiva, para que o maior número possível de usuários possa acessar e se beneficiar.

Sem a pretensão utópica de concluir ou encerrar o debate a respeito do que foi exposto até aqui, creio que o impacto das transformações de nosso tempo nos obriga, profissionais da educação, a repensar a escola e sua temporalidade. Cada época, a seu modo, influencia o sujeito na forma de pensar e de agir. Portanto, este artigo procurou mostrar que estudar as mídias na educação, na formação dos professores, nos processos de ensino e aprendizagem, pode gerar inúmeras oportunidades de pesquisa. Afinal, se a inclusão deve ser pensada pela sociedade e para a sociedade e se as mídias, que muitas vezes, modificam a maneira como pensamos, consumimos, trabalhamos, ouvimos, ensinamos, aprendemos e vivemos em sociedade, seus impactos podem ser profundos e no fim, podem ser barreiras ou oportunidades, vai depender da forma que a encaramos e lutamos tanto política quanto pedagogicamente para sua efetiva materialidade no campo da educação e da escola, com repercussão cidadã na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BUSWELL, B.E.; SCHAFFNER, C.B. Dez elementos críticos para criação de comunidades de ensino inclusivo e eficaz. In: STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p.69-86.

CAIADO, K. R. M. **Aluno deficiente visual: lembranças e depoimentos**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

FISCHER, R. M. B. **O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

FISCHER, R. M. B. Mídia, máquinas de imagens e práticas pedagógicas. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 35, p. 290-299, 2007.

FÓGLIA, E. Um olhar sobre a TV: percepções de professores sobre a leitura crítica de imagens no Ensino Médio de Londrina. 2004. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 41ª ed. São Paulo: Editora: Paz e Terra, 2002.

GIROUX, H. A. Praticando Estudos Culturais nas Faculdades de Educação. In: **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos Estudos Culturais em educação**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

GÓMES, G. O. Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, D. (Org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

KELLNER, D. **A cultura da mídia**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo**. São Paulo: Cortez, 1988.

MACEDO, C. M. S. de. Diretrizes para criação de objetos de aprendizagem acessíveis. 2010. **Tese** (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4. Ed. São Paulo, Atlas, 2001.

MARTÍN-BARBERO, J. Novos Regimes de Visualidade e Descentralizações Culturais. In **Mediatamente! Televisão, Cultura e Educação**. Brasília: Secretaria de Educação a Distância/Ministério da Educação, 1999. Série Estudos da Educação a Distância.

MORAES, D. R. da S. **O Programa Mídias na Educação e na Formação de Professores/as: Limites e Possibilidades**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2013.

RIVOLTELLA, P. C. Mídia-educação e pesquisa educativa. **Revista Perspectiva**. Florianópolis, v. 27, n. 1, pp. 119-140, jan./jun. 2009. Disponível em <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em: 14 set. 2014.

SANTOS, L. P. dos; SOUSA, R. P. Novas tecnologias e pessoas com deficiências: a informática na construção da sociedade inclusiva? In: SOUSA, R. P. de; MOITA, Filomena. M. C. da S.C.; CARVALHO, A. B. G. (Orgs). **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

SILVA, M. L. da. A urgência do tempo: novas tecnologias e educação contemporânea. In: SILVA, Mozart Linhares da. (Org.). **Novas tecnologias: educação e sociedade na era da informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TERUYA, T. K. Sobre mídia, educação e estudos culturais. In. MACIEL, L. S. B.; MORI, N. N. R. (Org.) **Pesquisa em Educação: Múltiplos Olhares**. Maringá: Eduem, 2009. pp. 151-165.